

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**1. APRESENTAÇÃO**

Por meio deste Relatório de Administração, conforme determina a Lei 6.404/76, a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – Badesc apresenta os resultados do seu desempenho organizacional, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

O cenário macroeconômico em 2017 demonstrou leve recuperação, condizente com a retomada do crescimento gradativo da economia nacional, iniciando um processo de compensação das perdas provocadas pela crise recente. O crescimento do PIB de 1% (IBGE) no período, após uma diminuição de quase 4% no período anterior, é uma amostra desta reversão de tendências. A redução da inflação para 2,95% (IPCA), deixou o índice abaixo da meta do governo pela primeira vez desde que foi criada a metodologia de controle em 1999, denotando controle da situação.

Acompanhando a queda da inflação e visando a incentivar o aumento do consumo, o Governo reduziu a taxa de juros básica do mercado, a SELIC, de 13,75% para 7% a.a. em 2017 (COPOM). Isso refletiu, entre outras, na variação positiva de 2% na venda ao varejo (IBGE). Na indústria, contudo, o índice de vendas industriais recuou -0,2% em relação a 2016. Com relação ao desemprego, a taxa nacional continuou elevada, em 12,7%, com aproximadamente 13,2 milhões de pessoas sem emprego. Santa Catarina tem indicadores um

pouco melhores do que o cenário nacional, resultado de esforços do poder público e da iniciativa privada.

2.1. DESEMPENHO OPERACIONAL

O total de caixa e equivalentes auferido em 2017 apresentou uma elevação de 13,44% frente ao ano anterior, atingindo um patamar de R\$ 356,628 milhões. A carteira de operações de crédito no período totalizou R\$ 693,027 milhões, 6,77% menor que 2016. O setor público representou 26,95% do total da carteira, o setor privado 69,95% e o rural 3,10%. As operações de crédito contratadas em 2017 totalizaram R\$ 138,248 milhões, retração de 18,95% em relação a 2016, ainda sob o efeito do mercado recessivo. As contratações destinadas aos municípios representaram 42,01% e ao setor privado 57,99% do total. Destaque para a evolução do volume de contratações da linha BNDES destinadas a micro, pequenas e médias empresas, que elevou em 87,30% os recursos em relação ao ano anterior, somando R\$ 20,609 milhões de apoio à comunidade empresarial catarinense.

2.2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2017 a receita de intermediação financeira caiu de R\$ 154,794 milhões em 2016 para R\$ 149,740 milhões, representando retração de 3,26%. Apesar da queda no volume de receitas, o resultado operacional evoluiu de R\$ 4,172 milhões negativos para R\$ 41,622 milhões positivos em 2017. O resultado do exercício saiu de um prejuízo de R\$ 14,927

milhões, em 2016, para um lucro de R\$ 37,121 milhões, em 2017. Os principais motivadores deste resultado foram a diminuição do provisionamento para créditos de liquidação duvidosa, fenômeno provocado por controles mais rígidos na concessão de crédito e redução de despesas de pessoal, como efeito do plano de demissão incentivada. Considerando os resultados acumulados, o Patrimônio Líquido encerrou 2017 em R\$ 539,051 milhões, significando crescimento de 2,93% em relação a 2016. Encerra-se o período com índice de liquidez corrente em 3,89 e geral com 2,07, demonstrando capacidade de honrar os compromissos caso necessário (direitos de curto e longo prazos maiores que o total dos passivos). O endividamento de curto prazo representa 29,33% do Passivo, em sua maioria obrigações de repasse ao BNDES, FINAME e FINEP.

3. PROMOÇÃO SOCIAL E CULTURAL

A Fundação Cultural BADESC foi criada através da Lei Estadual nº 13.438/2005 e inaugurada em 2006, tendo como objetivo fomentar a cultura por meio de exposições de artes visuais, cinema, lançamentos de livros, programas de ações educativas e apoio cultural com investimentos financeiros da Lei Rouanet. Além disso, a Agência participa de diversos eventos de entidades de classe e outras organizações prestando seu apoio institucional.

A Diretoria.**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Em milhares de reais)

ATIVO	2017		2016		PASSIVO	2017		2016	
CIRCULANTE	570.481	512.038	CIRCULANTE	146.825	114.636	Obrigações por Repasses do País - Instit. Oficiais (nota 9)	106.891	86.675	
Disponibilidades	150	78	BNDES	76.994	61.676	FINAME	18.251	19.563	
Títulos e Valores Mobiliários (nota 4)	356.506	314.300	Outras Instituições	11.646	5.436	Outras Obrigações	39.934	27.961	
Carteira Própria	356.478	314.300	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	47	22	Sociais e Estatutárias (nota 10)	21.194	764	
Vinculados a Prestação de Garantias	28		Sociais e Estatutárias (nota 10)	21.194	764	Fiscais e Previdenciárias (nota 11)	5.495	7.700	
Operações de Crédito (nota 5)	207.008	188.972	Diversas (nota 12)	13.198	19.475	Diversas (nota 12)	13.198	19.475	
Setor Público	102.838	99.816	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	353.758	371.123	Obrigações por Repasses do País - Instit. Oficiais (nota 9)	346.856	364.382	
Setor Privado	119.062	112.833	Obrigações por Repasses do País - Instit. Oficiais (nota 9)	346.856	364.382	BNDES	221.764	238.009	
(-)Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.892)	(23.677)	BNDES	221.764	238.009	FINAME	53.166	70.890	
Outros Créditos (nota 6)	2.170	2.786	Outras Instituições	71.926	55.483	Outras Instituições	71.926	55.483	
Diversos	2.179	2.795	Outras Obrigações	6.902	6.741	Outras Obrigações	6.902	6.741	
(-) Provisão P/ Outros Créditos de Liquid. Duvidosa (nota 6.a)	(9)	(9)	Diversas (nota 12)	6.902	6.741	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	539.051	523.730	
Outros Valores e Bens	4.647	5.902	Obrigações por Repasses do País - Instit. Oficiais (nota 9)	346.856	364.382	Capital (nota 13)	530.205	530.205	
Outros Valores e Bens (nota 7)	4.939	7.048	BNDES	221.764	238.009	De Domiciliados no País	530.205	530.205	
(-) Provisões para Desvalorizações	(564)	(1.446)	FINAME	53.166	70.890	Reservas de Lucros	8.846	-	
Despesas Antecipadas	272	300	Outras Instituições	71.926	55.483	Prejuízos Acumulados	-	(6.475)	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	466.602	494.889	Outras Obrigações	6.902	6.741				
Títulos e Valores Mobiliários (nota 4)	38.537	35.053	Diversas (nota 12)	6.902	6.741				
Carteira Própria	38.537	35.053	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	539.051	523.730				
Operações de Crédito (nota 5)	424.884	454.778	Capital (nota 13)	530.205	530.205				
Setor Público	83.912	95.233	De Domiciliados no País	530.205	530.205				
Setor Privado	386.679	434.411	Reservas de Lucros	8.846	-				
(-)Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(45.707)	(74.866)	Prejuízos Acumulados	-	(6.475)				
Outros Créditos (nota 6)	3.143	5.058							
Diversos	3.894	5.854							
(-) Provisão P/ Outros Créditos de Liquid. Duvidosa (nota 6.a)	(751)	(796)							
Outros Valores e Bens	38	-							
Despesas Antecipadas	38	-							
PERMANENTE	2.551	2.562							
Investimentos	8	108							
Outros Investimentos	4.122	4.225							
(-) Provisão para Perda	(4.114)	(4.117)							
Imobilizado de Uso (nota 8a)	2.531	2.454							
Imóveis de Uso	3.548	3.548							
Outras Imobilizações de Uso	4.602	4.236							
(-)Depreciações Acumuladas	(5.619)	(5.330)							
Intangível (nota 8a)	12	-							
Ativos Intangíveis	1.442	1.429							
(-)Amortização Acumulada	(1.430)	(1.429)							
TOTAL DO ATIVO	1.039.634	1.009.489	TOTAL DO PASSIVO	1.039.634	1.009.489				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

	2017		2016
	Semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	74.754	149.740	154.794
Operações de crédito	59.509	114.991	105.819
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	15.245	34.749	48.975
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(19.850)	(52.652)	(93.363)
Operações de empréstimos e repasses	(14.292)	(29.416)	(32.295)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.558)	(23.236)	(61.068)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	54.904	97.088	61.431
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(31.804)	(55.466)	(65.603)
Receitas de Prestação de Serviços	946	1.982	3.933
Despesas de Pessoal	(19.548)	(39.528)	(50.549)
Outras despesas administrativas	(6.777)	(11.218)	(11.751)
Despesas tributárias	(2.696)	(5.652)	(5.981)
Outras receitas operacionais	475	3.509	1.583
Outras despesas operacionais	(4.204)	(4.559)	(2.838)
RESULTADO OPERACIONAL	23.100	41.622	(4.172)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	3.653	4.341	1.074
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	26.753	45.963	(3.098)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (nota 14)	(1.763)	(8.842)	(11.829)
Provisão para imposto de renda	(850)	(4.778)	(6.528)
Provisão para contribuição social	(913)	(4.064)	(5.301)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE/ EXERCÍCIO	24.990	37.121	(14.927)
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	19.045	19.045	-
Lucro (Prejuízo) por ação do semestre/ exercício	0,1186	0,1761	(0,0708)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

Eventos	Capital realizado	Reservas de Lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	
			prejuízos	Total
Saldos do Início do Período em 01/01/2016	530.205	6.449	-	536.654
Prejuízo no exercício	-	-	(14.927)	(14.927)
Reversões				
-Reservas	-	(6.449)	6.449	-
-Dividendos Propostos no Exercício de 2015	-	-	2.003	2.003
Saldos em 31/12/2016	530.205	-	(6.475)	523.730
Mutações do Período	-	(6.449)	(6.475)	(12.924)
Saldos do Início do Período em 01/01/2017	530.205	-	(6.475)	523.730
Lucro líquido do exercício	-	-	37.121	37.121
Destinações				
-Reservas	-	8.846	(8.846)	-
-Juros sobre o capital próprio (nota 10.b)	-	-	(19.045)	(19.045)
-Dividendos Propostos no Exercício de 2017	-	-	(2.755)	(2.755)
Saldos em 31/12/2017	530.205	8.846	-	539.051
Mutações do Período	-	8.846	6.475	15.321
Saldos do Início do Semestre em 01/07/2017	530.205	4.313	-	534.518
Lucro Líquido no semestre	-	-	24.990	24.990
Destinações				
-Reservas	-	4.533	(4.533)	-
-Juros sobre o capital próprio (nota 10.b)	-	-	(19.045)	(19.045)
-Dividendos Propostos no Exercício de 2017	-	-	(1.412)	(1.412)
Saldos em 31/12/2017	530.205	8.846	-	539.051
Mutações do Período	-	4.533	-	4.533

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

	2017		2016
	Semestre	Exercício	Exercício
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido (Prejuízo) do Semestre/Exercício	24.990	37.121	(14.927)
Ajustes para reconciliar o resultado do semestre com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Efeito do Juros Sobre o Capital Próprio na Demonstração de Resultado	(19.045)	(19.045)	-
Constituição (reversão) da Provisão para Risco de Crédito	5.563	23.247	62.286
Constituição (reversão) da Provisão para Contingências Trabalhistas e cíveis	3.901	1.219	(652)
Constituição (reversão) da Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	(326)	(305)	1.058
Constituição (reversão) da Provisão Outros Créditos	221	(45)	(1.152)
Constituição (reversão) da Provisão para IRPJ e CSLL	1.763	8.842	-
Depreciação/Amortização	150	290	355
Lucro Líquido Ajustado	17.217	51.324	46.968
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Títulos e Valores Mobiliários	(1.530)	(3.512)	(4.310)
Operações de Crédito	(2.646)	(11.389)	(93.611)
Outros Créditos	8.213	2.577	2.480
Outros Valores e Bens	1.549	1.522	(2.772)
	5.586	(10.802)	(98.213)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Obrigações Sociais e Estatutárias	17.674	17.674	(11.618)
Outras Obrigações	(10.249)	(18.357)	8.629
	7.425	(683)	(2.989)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	30.228	39.839	(54.234)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aumento)/diminuição líquida do ativo imobilizado	(156)	(279)	(39)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(156)	(279)	(39)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento(Redução) em Obrigações por empréstimos e repasses	(5.204)	2.690	25.558
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(5.204)	2.690	25.558
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	24.868	42.250	(28.715)
Modificações na Posição Financeira			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	331.760	314.378	343.093
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	356.628	356.628	314.378
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	24.868	42.250	(28.715)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC surgiu no cenário catarinense sob a forma de Banco de Desenvolvimento, tendo como denominação social inicial "Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC", constituído na forma de sociedade anônima de economia mista, criado pela Lei nº 4.950, de 11 de novembro de 1973, e instalado oficialmente em 1º de agosto de 1975.

A partir da Lei nº 10.912, de 15 de setembro de 1998, e através da ata do Conselho de Administração do dia 19 de janeiro de 1999, foi transformado em Agência de Fomento, passando a denominar-se **Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - Badesc**. Dentre os objetivos do Badesc, o seu Estatuto Social lhe confere a execução da política estadual de desenvolvimento econômico e o fomento das atividades produtivas, através de operações de crédito com recursos próprios e dos fundos institucionais, bem como por aqueles oriundos de repasses de agências financeiras nacionais e internacionais, através das seguintes ações:

- o desenvolvimento de programas de investimentos destinados à captação de recursos de agências nacionais e internacionais de desenvolvimento;
- financiamentos de projetos de implantação e/ou melhoria de atividades agropecuárias, industriais, comerciais e de serviços;
- atuação como agente financeiro, se assim designado pelo Gestor, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina - Fadesc;
- atuação como agente financeiro do Programa Operacional do Fundo de Desenvolvimento dos Municípios - Badesc Cidades;
- financiamento de estudos e diagnósticos para implantação de complexos industriais;
- financiamento de estudos e diagnósticos para execução de obras e serviços de responsabilidade do setor público;
- formação de fundos específicos para atender a setores priorizados pelo governo, em especial às micro e pequenas empresas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC avaliou os eventos subsequentes até 06 de fevereiro de 2018, que é a data da aprovação das demonstrações contábeis pela Diretoria da empresa.

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável.

Estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.

A moeda funcional utilizada pela Agência BADESC é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em milhares de reais.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**a. Apropriação de receitas e despesas**

A apuração do resultado é feita pelo regime de competência.

b. Ativos e passivos circulante e a longo prazo

A classificação em circulante e longo prazo, do realizável e do exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.

c. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d. Imobilizado de uso

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição. As depreciações dos bens do ativo imobilizado foram calculadas pelo método linear, com base na vida útil e econômica estimada dos bens, conforme taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 8 a.

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

e. Ativo intangível

O intangível é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização, que é calculada pelo método linear, com base na vida útil e econômica estimada dos bens, conforme taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 8 a.

f. Operações de crédito e as obrigações por repasses

As operações de crédito e as obrigações por repasses estão ajustadas a valor presente, calculado "pro-rata temporis", até a data dos balanços, em conformidade com as taxas pactuadas contratualmente e normas específicas.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, conforme determina o Banco Central do Brasil através do art. 9º da Resolução nº 2.682/99.

g. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída de acordo com os critérios próprios da Instituição, estabelecidos na Resolução da Diretoria Colegiada nº 14/17, de 30 de maio de 2017, com vigência a partir do mês de agosto de 2017, e de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil - BACEN.

h. Provisões para férias e décimo terceiro salário

As provisões para férias e décimo terceiro salário são calculadas sobre a remuneração dos empregados de acordo com o tempo de serviço (período aquisitivo), e com os respectivos encargos sociais, atualizados até a data dos balanços.

i. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10% do que exceder a R\$ 240 mil/ano do resultado antes do IRPJ. A contribuição social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda, na forma da legislação, à alíquota de 20%.

j. Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As Contribuições para o PIS - PASEP foram calculadas à alíquota de 0,65%, observada a base de cálculo definida em Lei.

A Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, instituiu a cobrança da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS para as Instituições Financeiras, passando a incidir sobre os fatos geradores ocorridos a partir de fevereiro de 1999, à alíquota de 4% sobre a Receita Bruta ajustada na forma da Lei.

k. Utilização de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis requer que a administração faça estimativas e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações contábeis e nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

l. Caixa e equivalentes a caixa

Caixa e equivalentes a caixa são representados por Disponibilidades, Títulos e Valores Mobiliários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, que são utilizados pela Agência para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2017, o caixa e equivalentes a caixa estavam assim compostos:

Caixa e Equivalentes a Caixa	2017	2016
Depósitos Bancários	150	78
Cotas de Fundos de Investimentos	356.478	314.300
Total	356.628	314.378

m. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Resolução nº 3.604, de 29 de agosto de 2008, do Banco Central do Brasil instituiu a Demonstração dos Fluxos de Caixa, que é apresentada no método indireto.

n. Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2017			2016		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Títulos Públicos Federais - LFTA	-	38.537	38.537	-	35.053	35.053
Cotas de fundo de investimento	356.506	-	356.506	314.300	-	314.300
	<u>356.506</u>	<u>38.537</u>	<u>395.043</u>	<u>314.300</u>	<u>35.053</u>	<u>349.353</u>

O montante de R\$ 38.537 em 2017 (R\$ 35.053 em 2016) correspondente a 4.150 títulos LFT's. código Selic 210.100, com vencimento em 01/09/2021, adquiridos junto ao Banco do Brasil S.A., com a finalidade de servir como fundo de liquidez conforme previsto na no artigo 6º da Resolução BACEN 2828, de 30 de março de 2001.

O montante de R\$ 356.506 em 2017 (R\$ 314.300 em 2016) refere-se a investimento em fundo de investimento em que a Agência Badesc é a única cotista, cuja carteira é aplicada exclusivamente em títulos públicos federais.

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS**a. Operações de crédito**

	2017			2016		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Financiamentos - Setor Público	102.838	83.912	186.750	99.816	95.233	195.049
Financiamentos - Setor Privado	116.549	367.681	484.230	111.761	413.009	524.770
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	2.513	18.998	21.511	1.072	21.402	22.474
	<u>221.900</u>	<u>470.591</u>	<u>692.491</u>	<u>212.649</u>	<u>529.644</u>	<u>742.293</u>
(-)Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.892)	(45.707)	(60.599)	(23.677)	(74.866)	(98.543)
Saldo de Financiamento Líquido da Provisão	<u>207.008</u>	<u>424.884</u>	<u>631.892</u>	<u>188.972</u>	<u>454.778</u>	<u>643.750</u>

b. Outros créditos com característica de operações de crédito

	2017					2016
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Devedores para compra de valores e bens	482	54	536	467	555	1.022
(-)Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9)	(1)	(10)	(9)	(11)	(20)
	473	53	526	458	544	1.002

A rubrica devedores por compra de valores e bens registra os valores a receber decorrentes da alienação a prazo de bens em leilão. Tais operações são apresentadas juntamente com as operações de crédito, em função do risco e da constituição de provisão em montante

Julgado suficiente para fazer face às perdas prováveis na realização dos referidos créditos. A referida rubrica compõe o subgrupo de outros créditos conforme apresentado acima.

c. Classificação por tipo de operação

	2017						2016		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Operações de crédito	221.900	470.591	692.491	212.649	529.644	742.293			
Outras operações	482	54	536	467	555	1.022			
	222.382	470.645	693.027	213.116	530.199	743.315			
(-)Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.901)	(45.708)	(60.609)	(23.686)	(74.877)	(98.563)			
	207.481	424.937	632.418	189.430	455.322	644.752			

d. Classificação por níveis de risco, prazos e provisão

	2017										%	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total		
Curso normal												
• Até 180 dias	53.745	21.109	19.365	4.717	6.488	456	677	355	6.162	113.074	16,32	
• De 181 a 360 dias	47.652	22.201	22.268	4.734	6.294	582	466	300	4.807	109.304	15,77	
• Acima de 360 dias	102.268	110.480	147.280	43.754	17.874	6.312	2.402	1.002	32.515	463.887	66,93	
Subtotal	203.665	153.790	188.913	53.205	30.656	7.350	3.545	1.657	43.484	686.265	99,02	
Vencidas												
• De 15 Até 60 dias	-	77	462	305	300	126	1	148	881	2.300	0,33	
• de 61 até 180 dias	-	-	-	270	392	90	-	320	1.430	2.502	0,36	
• De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	288	1.589	1.877	0,27	
• Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	83	83	0,02	
Subtotal	-	77	462	575	692	216	1	756	3.983	6.762	0,98	
Total	203.665	153.867	189.375	53.780	31.348	7.566	3.546	2.413	47.467	693.027		
%	29	22	27	8	5	1	1	0	7	100		
PROVISÃO	-	769	1.894	1.613	3.135	2.270	1.773	1.689	47.467	60.609		

	2016										%	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total		
Curso normal												
• Até 180 dias	48.690	8.990	19.031	8.014	1.722	3.042	3.252	2.705	9.316	104.762	14,09	
• De 181 a 360 dias	48.425	9.773	25.247	9.712	2.093	2.629	1.223	2.478	6.773	108.353	14,58	
• Acima de 360 dias	112.436	50.029	199.599	68.743	12.028	13.002	12.087	1.137	44.208	513.269	69,05	
Subtotal	209.551	68.792	243.877	86.469	15.843	18.673	16.562	6.320	60.297	726.384	97,72	
Vencidas												
• De 15 Até 60 dias	-	31	255	203	121	823	139	1.446	1.869	4.887	0,66	
• de 61 até 180 dias	-	-	-	8	91	1.224	21	3.167	3.130	7.641	1,03	
• De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	511	-	-	3.665	4.176	0,56	
• Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	227	227	0,03	
Subtotal	-	31	255	211	212	2.558	160	4.613	8.891	16.931	2,28	
Total	209.551	68.823	244.132	86.680	16.055	21.231	16.722	10.933	69.188	743.315		
%	28	9	33	12	2	3	2	1	9	100		
PROVISÃO	-	344	2.441	2.600	1.605	6.369	8.361	7.654	69.188	98.563		

e. Composição por atividade econômica

	Prazo de vencimento (em dias)					
	2017			2016		
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Setor privado						
Indústria	61.907	183.890	245.797	60.467	225.081	285.548
Comércio	18.699	61.594	80.293	16.141	63.862	80.003
Outros serviços	36.425	122.251	158.676	35.620	124.621	160.241
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.513	18.998	21.511	1.072	21.402	22.474
	119.544	386.733	506.277	113.300	434.966	548.266
Setor público						
Administração direta municipal	102.838	83.912	186.750	99.816	95.233	195.049
	102.838	83.912	186.750	99.816	95.233	195.049
	222.382	470.645	693.027	213.116	530.199	743.315

f. Composição por faixa de valor e nível de risco

	Composição por montante - 2017									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Operações										
Até R\$ 10.000	-	625	48	35	28	23	4	-	17	780
De R\$ 10.000 até R\$ 20.000	81	1.021	86	515	133	27	25	11	59	1.958
De R\$ 20.000 até R\$ 50.000	609	3.488	662	1.707	291	186	28	-	293	7.264
De R\$ 50.000 até R\$ 100.000	952	4.049	1.269	2.647	452	154	150	134	470	10.277
De R\$ 100.000 até R\$ 500.000	19.743	25.502	15.503	5.824	2.219	917	1.105	186	2.077	73.076
Acima de R\$ 500.000	182.280	119.182	171.807	43.052	28.225	6.259	2.234	2.082	44.551	599.672
	203.665	153.867	189.375	53.780	31.348	7.566	3.546	2.413	47.467	693.027

	Composição por montante - 2016									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Operações										
Até R\$ 10.000	-	111	73	54	7	-	-	4	41	290
De R\$ 10.000 até R\$ 20.000	10	76	380	423	45	34	93	-	45	1.106
De R\$ 20.000 até R\$ 50.000	182	1.591	2.340	1.442	20	34	298	-	426	6.333
De R\$ 50.000 até R\$ 100.000	761	1.854	5.103	3.834	309	166	288	57	459	12.831
De R\$ 100.000 até R\$ 500.000	30.679	9.021	24.153	13.396	470	2.058	1.006	328	4.641	85.752
Acima de R\$ 500.000	177.919	56.170	212.083	67.531	15.204	18.939	15.037	10.544	63.576	637.003
	209.551	68.823	244.132	86.680	16.055	21.231	16.722	10.933	69.188	743.315

g. Constituição da provisão para operações de crédito e para outros créditos com característica de operações de crédito

Nível de risco	% de Provisionamento	2017		2016	
		Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
AA	0,0%	203.665	-	209.551	-
A	0,5%	153.867	769	68.823	344
B	1,0%	189.375	1.894	244.132	2.441
C	3,0%	53.780	1.613	86.680	2.600
D	10,0%	31.348	3.135	16.055	1.605
E	30,0%	7.566	2.270	21.231	6.369
F	50,0%	3.546	1.773	16.722	8.361
G	70,0%	2.413	1.689	10.933	7.654
H	100,0%	47.467	47.467	69.188	69.188
		693.027	60.609	743.315	98.563
(-) Devedores para compra de valores e bens		(536)	(10)	(1.022)	(20)
		692.491	60.599	742.293	98.543

h. Movimentação da provisão para operações de crédito e para outros créditos com característica de operações de crédito

A provisão constituída na forma indicada na nota nº 5.g apresentou a seguinte movimentação no exercício:

	2017	2016
Provisão para operações de crédito		
Saldo inicial	98.944	75.514
Acréscimos/ (decréscimos) no período	5.683	36.065
Provisões Baixadas Como Prejuízo	(44.028)	(13.036)
Total de provisão para operações de crédito	60.599	98.543

	2017	2016
Provisão para outros créditos com característica operação. Crédito		
Saldo inicial	15	23
Acréscimos/ (decréscimos) no período	(5)	(3)
Total de provisão para outros créditos	10	20

Provisão para operações de crédito e outros créditos-Saldo Final	60.609	98.563
Créditos lançados em prejuízo e recuperados	14.088	3.148

O montante de créditos em prejuízo baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa totalizou R\$ 265.071 em 2017 (R\$ 222.897 em 2016).

No mês de agosto de 2017 entrou em vigor a Resolução Dicol 14/2017, de 30 de maio de 2017, com vigência a partir de agosto de 2017, que traz adequações à Resolução Interna anteriormente vigente. Com a aplicação das novas regras, ocorreu uma redução no volume de provisão para créditos de liquidação duvidosa na ordem de R\$ 12.140.

6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2017			2016		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Adiantamentos e antecipações	742	-	742	657	-	657
Devedores para depósito em garantia	-	3.840	3.840	-	5.299	5.299
Devedores para compra de valores e bens	478	54	532	467	555	1.022
Devedores diversos - País	959	-	959	1.671	-	1.671
	2.179	3.894	6.073	2.795	5.854	8.649

a. Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

	2017			2016		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa Com características de concessão de crédito Sem características de concessão de crédito	(9)	(1)	(10)	(9)	(11)	(20)
	-	(750)	(750)	-	(785)	(785)
	(9)	(751)	(760)	(9)	(796)	(805)

7. OUTROS VALORES E BENS

	2017			2016		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Bens não de uso próprio	4.939	-	4.939	7.048	-	7.048
	4.939	-	4.939	7.048	-	7.048

8. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

a. Composição

	Taxa anual depreciação	2017	2016
Edificações	4%	3.016	3.016
Móveis e equipamentos	10%	1.204	1.080
Equipamentos de comunicação	20%	8	9
Sistema de processamento de dados	20%	3.238	2.996
Sistema de transporte	20%	150	150
Terrenos		532	532
Direito de uso		1	1
		8.149	7.784
(-) Depreciações		(5.618)	(5.330)
Valor líquido		2.531	2.454

Intangível

	Taxa anual amortização	2017	2016
Sistema Sisbadesc		1.430	1.136
Direito de uso de softwares		12	293
		1.442	1.429
(-) Amortização Acumulada	20%	(1.430)	(1.429)
Valor líquido		12	0

Os itens de imobilizado são mensurados pelo seu custo histórico deduzido de depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). No decorrer do exercício de 2017 a Administração efetuou revisão para se identificar evidências de perdas não recuperáveis nos bens do ativo imobilizado e do ativo intangível, testando o valor recuperável nos bens julgados relevantes, sendo que não identificou a necessidade do registro de *impairment* sobre esses ativos.

b. Movimentação no Período

	2017			
	Saldo exercício anterior	Adições no período	Baixas no período	Saldo em 31/12/2017
Imobilizado				
Imóveis de Uso	2.125	-	121	2.004
Instalações, móveis e equipamentos de uso	127	125	35	217
Outras imobilizações de uso	202	242	134	310
Total	2.454	367	290	2.531

	2016			
	Saldo exercício anterior	Adições no período	Baixas no período	Saldo em 31/12/2016
Imobilizado				
Imóveis de Uso	2.245	-	120	2.125
Instalações, móveis e equipamentos de uso	157	32	62	127
Outras imobilizações de uso	369	6	173	202
Total	2.771	38	355	2.454

	2017			
	Saldo exercício anterior	Adições no período	Baixas no período	Saldo em 31/12/2017
Intangível				
Outros ativos intangíveis	-	12	-	12

	2016			
	Saldo exercício anterior	Adições no período	Baixas no período	Saldo em 31/12/2016
Intangível				
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-

9. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS – INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Representam recursos oriundos de captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME). Em Outras Instituições Oficiais, são apresentados repasses da FINEP, Fundo de Desenvolvimento Municipal – FDM e Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense – FADESC.

Essas obrigações têm vencimentos mensais, exceto determinadas obrigações decorrentes de repasses para financiamentos rurais que têm vencimentos semestrais e anuais. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são, nas operações pós-fixadas de 1,00% a.a. a 7,50% a.a., além das variações dos indexadores (TJLP, Dólar, Cesta de Moedas, SELIC, UPRD-P e UPF).

Os saldos estão sumariados da seguinte forma:

	2017				
	Até 3 Meses	De 3 a 12 meses	Total Circulante	Acima de 12 meses	Total Obrigações
BNDES.....	20.981	56.013	76.994	221.764	298.758
FINAME	4.796	13.455	18.251	53.166	71.417
FINEP.....	2.611	9.035	11.646	71.271	82.917
FDM.....	-	-	-	273	273
FADESC.....	-	-	-	382	382
Total	28.388	78.503	106.891	346.856	453.747

	2016		Total Circulante	Acima de 12 meses	Total Obrigações
	Até 3 Meses	De 3 a 12 meses			
BNDES.....	16.659	45.017	61.676	238.009	299.685
FINAME	5.093	14.470	19.563	70.890	90.453
FINEP.....	1.116	4.320	5.436	54.828	60.264
FDM.....	-	-	-	273	273
FADESC.....	-	-	-	382	382
Total	22.868	63.807	86.675	364.382	451.057

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

a. Cálculo dos Juros Sobre o Capital Próprio

Critério de Remuneração do Capital Próprio	2017	2016
Base de cálculo		
Lucro líquido do exercício antes do IRPJ e após CSLL	38.090	-
Limites		
50% do lucro líquido do exercício*	19.045	-
* Limite Utilizado		

b. Movimentação em Sociais e Estatutárias

Movimentação de saldo na conta Sociais e Estatutárias	2017	2016
(+) Saldo de valores creditados em exercícios anteriores	764	14.387
(+) Valores de JCP creditados no semestre/exercício (valor líquidos do IRRF)	17.675	-
(+) Valores creditados a título de dividendos	2.755	-
(-) Valores de dividendos revertidos pela Assembléia Geral	-	(2.004)
(-) Valores de JCP pagos no exercício	-	(11.619)
Saldo ao final do semestre/ exercício	21.194	764

c. Exclusão do efeito dos juros sobre o capital na Demonstração de Resultados

Para efeito de elaboração e publicação da Demonstração do Resultado do Semestre/Exercício, o montante da despesa incorrida, relativa ao pagamento dos Juros Sobre o Capital, foi objeto de ajuste, mediante reclassificação para Lucros Acumulados, de modo que seus efeitos foram eliminados do resultado do semestre/exercício.

Com isso, o valor de R\$ 19.045 em 2017 creditado a título de juros sobre o capital próprio, foi ajustado no resultado do período, excluindo-se assim os seus efeitos na apresentação da Demonstração do Resultado. O valor do ajuste está apresentado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Semestre/Exercício como destinação do resultado.

d. Economia tributária com o crédito dos juros sobre o capital

A economia tributária gerada com o pagamento dos JCP foi de R\$ 8.570, sendo que o efeito do crédito dos JCP, em termos de resultado, representou uma repercussão efetiva da ordem de R\$ 10.474,75, por conta da redução de tributos sobre o lucro devido à dedutibilidade da despesa.

11. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2017		2016	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Impostos e Contribuições Sobre o Lucro a Pagar	1.289	-	4.601	-
Impostos e Contribuições a Recolher	4.206	-	3.099	-
Total	5.495	-	7.700	-

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2017		2016	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
DIVERSAS				
Provisão para pagamentos a efetuar	8.200	3.840	14.602	-
Provisão para passivos contingentes	3.859	3.062	3.043	6.741
Credores Diversos - País	1.139	-	1.830	-
Total	13.198	6.902	19.475	6.741

a. Provisão para Pagamentos a Efetuar

No decorrer do 2º semestre de 2016 a administração abriu um Plano de Demissão Voluntária Incentivada (PDVI) com vistas a redução dos custos da folha de pagamento a médio prazo. O prazo para adesão dos empregados foi finalizado em 13 de outubro de 2016. O custo para a execução do plano de demissão dos empregados que aderiram totalizou R\$ 10.209, sendo que o saldo a pagar em 31/12/2017 totalizou R\$ 7.780.

b. Contingências Classificadas Como Perdas Prováveis

As contingências trabalhistas, cujo montante corresponde a R\$ 4.890 em 2017 (R\$ 6.331 em 2016) são provisionadas em valores julgados suficientes pela Assessoria Jurídica da Instituição, para fazer face à probabilidade de perda nos processos em andamento.

As outras contingências fiscais classificadas como prováveis, correspondem ao montante de R\$ 1.414 em 2017 (R\$ 2.754 em 2016), são provisionadas em valores julgados suficientes pelo escritório de advocacia contratado pela Instituição.

As contingências cíveis classificadas como prováveis, correspondem ao montante de R\$ 617 em 2017 (R\$ 699 em 2016) são provisionadas em valores julgados suficientes pela Assessoria Jurídica da Instituição, para fazer face à probabilidade de perda nos processos cíveis em andamento.

c. Contingências Classificadas como Perdas Possíveis

As contingências trabalhistas cuja probabilidade de perdas julgadas possíveis pelos assessores jurídicos, alcançou o montante de R\$ 593 em 2017 (R\$ 593 em 2016).

As outras contingências fiscais classificadas como possíveis, correspondem ao montante de R\$ 348 em 2017.

As contingências cíveis classificadas como possíveis, correspondem ao montante de R\$ 3.817 em 2017 (R\$ 3.770 em 2016).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito é de R\$ 530.205 em 2017 (R\$ 530.205 em 2016), totalmente integralizado, representado por 210.753 ações ordinárias nominativas em 2017 (210.753 em 2016), sem valor nominal, assim distribuídas:

	Milhares de ações	
	Qtde. Ações	Percentual
Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	101.129	47,98%
Estado de Santa Catarina	109.209	51,82%
Prefeitura Municipal de Blumenau	31	0,01%
Prefeitura Municipal de Canoinhas	26	0,01%
Prefeitura Municipal de Criciúma	17	0,01%
Prefeitura Municipal de Videira	19	0,01%
Outros	322	0,16%
Total	210.753	100,00%

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Esta rubrica esta representada pelos seguintes valores, conforme estabelecidos na nota 3.i:

DISCRIMINAÇÃO	2017	2016
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	45.963	(3.098)
Juros Sobre o Capital Próprio	(19.045)	-
(+/-) Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos		
Diferenças Temporárias	(9.911)	27.927
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	23.201	61.134
Outras provisões	(3.371)	(2.931)
Perdas no recebimento de créditos	(29.741)	(30.276)
Diferenças Permanentes	3.314	1.694
Despesas não dedutíveis	3.314	1.694
Base de Cálculo do IRPJ	20.321	26.523
Imposto de renda à alíquota de 15%	3.048	3.978
Imposto de renda à alíquota adicional de 10%	2.008	2.628
(-)Compensações de Incentivos	(278)	(78)
Total do IRPJ	4.778	6.528
Base de Cálculo da IRPJ	20.321	26.523
(-)Despesas dedutíveis da base de cálculo da CSLL	-	(16)
Base de Cálculo da CSLL	20.321	26.507
Total da CSLL	4.064	5.301

15. SEGUROS

A Instituição objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

16. PARTES RELACIONADAS

A Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC, é uma sociedade de economia mista controlada pelo Estado de Santa Catarina e Cia. de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – CODESC, conforme demonstrado na nota 13.

A Fundação Cultural BADESC foi criada pela lei estadual nº 13.438 de 15 de julho de 2005 sendo essa vinculada ao BADESC. Constitui receita da Fundação até 6% do lucro líquido da Agência, conforme estabelecido no inciso X do artigo quarto da referida Lei.

Os valores atribuídos às partes relacionadas estão abaixo descritos:

Parte Relacionada	Natureza da Operação	2017		2016	
		Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Estado de Santa Catarina					
Santa Catarina	Funcionários Adidos	(54)	(376)	(44)	(370)
	Funcionários Cedidos	22	88	31	66
	Juros sobre o Capital Próprio	(9.869)	(9.869)	-	-
CODESC	Juros sobre o Capital Próprio	(7.768)	(9.139)	-	-

A remuneração dos administradores no segundo semestre, incluindo os respectivos encargos sociais totalizou R\$ 865 em 2017 (R\$ 792 em 2016).

17. CAPITAL REGULAMENTAR**a. Patrimônio de Referência e Índice Basiléia**

Os limites operacionais da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Banco Central do Brasil - BACEN, através das Resoluções nº 4.192/2013 que dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) e nº 4.193/2013 que dispõe sobre apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal. Abaixo segue quadro demonstrativo dos limites, conforme regulamentação em vigor:

	2017	2016
1- PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (Situação)	272.042	256.730
Nível I	539.042	523.730
Patrimônio Líquido	539.042	523.730
Nível II	-	-
Deduções do Patrimônio de Referência	(267.000)	(267.000)
Destaque para Operações com o Setor Público	(267.000)	(267.000)
2- ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO - RWA	721.398	782.756
RWA para Risco de Crédito	530.985	609.171
RWA para Risco Operacional	190.413	173.585
3- PR MÍNIMO PARA COBERTURA DOS ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO		
- RWA (9,875% DE 2(11% em 2015))	66.729	77.297
Parcela de Risco de Crédito (PEPR)	49.116	60.156
Parcela de Risco Operacional (POPR)	17.613	17.141
4- MARGEM PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (1-3)	205.313	179.433
ÍNDICE DE BASILÉIA (PR X 100) / (PRE /0,09875)	37,71%	32,80%
5- RBAN	1.117	3.053
6- ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL PARA RWA	18.035	-
7- MARGEM PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA		
- RBAN - ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (4-5-6)	186.161	176.380

b. Limite de Imobilização

	2017	2016
1- PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (Situação)	272.042	256.730
2- LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO (50% de 1)	136.021	128.365
3- SITUAÇÃO	2.541	2.562
4- MARGEM PARA IMOBILIZAÇÃO (2-3)	133.480	125.803
ÍNDICE DE IMOBILIZAÇÃO	0,93%	2,00%

18. GESTÃO DE RISCOS E PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO**Gerenciamento de Riscos**

O Gerenciamento de Riscos da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina - Badesco, é realizado pela Gerência de Controle Interno e Riscos - Gecor, subordinada ao Diretor-Presidente. As políticas de gerenciamento dos riscos estão dispostas em normativos internos, são revisadas anualmente e estão alinhadas aos objetivos da instituição.

a. Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição financeira: carteira de negociação e carteira bancária. A carteira de negociação da Agência é formada exclusivamente pela aplicação de disponibilidades de caixa em operações compromissadas ou em cotas de fundos de investimento cujas carteiras estejam representadas exclusivamente por títulos públicos federais, desde que assim conste nos regulamentos dos fundos. Por conta disso, a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do risco de mercado da carteira de negociação é considerada irrelevante pela Agência. Para mitigar o risco de variação da taxa de juros da carteira bancária a Agência procura dar predominância a operações com taxa de juros pós-fixadas – as operações de crédito pré-fixadas não apresentam um volume significativo para apetite por risco.

b. Risco Operacional

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Na gestão do Risco Operacional são identificados e avaliados os riscos operacionais, buscando mitigar suas causas e minimizar as consequências financeiras, considerando os processos, pessoas, sistemas e eventos externos. Na apuração do Patrimônio de Referência Exigido, a Agência utiliza a abordagem do indicador básico (Basic Indicator Approach, BIA) para o cálculo da parcela de risco operacional.

c. Risco de Crédito

A Agência considera risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros ou aos custos de recuperação, de exposições caracterizadas como ativos problemáticos;

Para mitigar a ocorrência do risco de crédito, a Agência conta com modelos de análise de crédito, normativos internos, manuais, além de uma estrutura de decisões que contam com apreciação do comitê de crédito e renegociação e a Diretoria Colegiada, podendo chegar ao Conselho de Administração. A exposição ao risco de crédito é controlada pela Agência através da evolução da provisão da carteira de crédito, dos atrasos e da inadimplência da contraparte.

d. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de a Agência não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Como forma de mitigação, a Agência mantém valores aplicados em carteira formada exclusivamente por títulos públicos federais.

e. Risco Socioambiental

O risco socioambiental é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes de danos socioambientais. Atendendo a Resolução BACEN 4.327/2014, a Agência possui Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), na qual formalizou os princípios e diretrizes fundamentais para o desenvolvimento de práticas sustentáveis para a atuação nos seus negócios.

f. Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, da avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta e do planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Agência.

g. Prevenção aos Crimes de Lavagem de Dinheiro

A estrutura de prevenção ao crime de lavagem de dinheiro da Agência dispõe de normativos internos, manuais e treinamentos. A Gerência de Controle Interno e Riscos - Gecor é a área específica para tratar dos casos suspeitos de prática de lavagem de dinheiro.

A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento de Riscos do Badesco e seus normativos encontram-se disponíveis na Gerência de Controle Interno e Riscos - GECOR, localizada na sede da Instituição na Rua Almirante Alvim, 491 – Centro, Florianópolis (SC).

Florianópolis, 31 de dezembro de 2017.

ADMINISTRAÇÃO**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Vice-presidente: **José Claudio Caramori**
 Conselheiro: **Carlos Alberto Chiodini**
 Conselheiro: **Murilo Xavier Flores**
 Conselheiro (*): **José Antônio de Mattos Neto**

CONSELHO FISCAL

Conselheiro: **Emerson Antunes**
 Conselheiro: **Flávio Ervino Schuhmacher**
 Conselheiro (*): **Gil Roberto Morais**
 (*) representantes dos acionistas minoritários

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente : **José Claudio Caramori**
 Diretor Vice Presidente e
 de Desenv. de Negócios: **Justiniano Francisco C. de Almeida Pedrosa**
 Diretor de Operações: **João Carlos Grandó**
 Diretor Administrativo e Financeiro: **Olívio Karasek Rocha**

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Amauri Evaldo Nau
 Contador / CRC-SC 022.767/O-1
 CPF 445.216.779-91

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****AOS
ACIONISTAS E ADMINISTRAÇÃO DA
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BADESC
FLORIANÓPOLIS - SC****Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na

seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos**Auditoria dos valores correspondentes**

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016, foram auditadas por outros auditores independentes, que em seu relatório datado de 10 de março de 2017, expressou opinião não modificada sobre essas demonstrações.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro

de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.
- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2018.

MACIEL AUDITORES S/S
2 CRC/RS 5.460/O-0 “T” SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
Contador 1 CRC RS – 071.505/O-3 “T” SP – S – SC
Sócio Responsável Técnico

LUCIANO GOMES DOS SANTOS
Contador 1 CRC RS – 059.628/O-2 – S – SC
Sócio Responsável Técnico